

PEDAGOGIA HOSPITALAR PARA QUÊ: O PAPEL DO/A PEDAGOGO/A COM A CRIANÇA HOSPITALIZADA

HOSPITAL PEDAGOGY FOR WHAT: THE PEDAGOGUE'S ROLE WITH THE HOSPITALIZED CHILD

Nathalia Bongioiolo da Silveira¹

Fernanda Regina Luvison Paim²

RESUMO: A presente pesquisa aborda a temática da Pedagogia Hospitalar, com o objetivo de compreender teoricamente o papel do/a pedagogo/a no processo de garantia dos direitos à educação escolar da criança no interior de instituições hospitalares. Para isso, a metodologia utilizada foi a análise e interpretação de livros e artigos publicados que pudessem auxiliar no estudo do tema, destacando autores de referência como Libâneo (2004); Freire (2007), Matos e Mugiatti (2009). Os resultados da pesquisa apontam que ainda há uma escassez de profissionais que atuam nessas instituições de saúde, apesar de estudos destacarem o papel fundamental do/a pedagogo/a na continuação do processo de ensino-aprendizagem escolar de crianças hospitalizadas e seu atendimento ser garantido por lei.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Aprendizagem; Desenvolvimento; Crianças; Hospital;

ABSTRACT: This research addresses the theme of hospital pedagogy, aiming to theoretically understand the role of the pedagogue in ensuring education rights of children within hospital institutions. To this end, the methodology involved the analysis and interpretation of published books and articles that could help studying the topic, highlighting key authors such as Libâneo (2004); Freire (2007); Matos and Mugiatti (2009). The results of the research indicate that, there is still a shortage of works indicating the presence of this professional in these healthcare institutions, despite studies emphasizing the fundamental role of the pedagogue in the continuity of the development and teaching-learning process for hospitalized children and their service being guaranteed by law.

KEYWORDS: Education; Learning; Development; Children; Hospital;

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: nathaliabongioiolo24@gmail.com

² Mestra e Doutoranda em Educação pelo PPGE UNESC e docente do curso de Pedagogia presencial UNESC. E-mail: fernandapaim@unesc.net

1 INTRODUÇÃO

A Educação Básica, que envolve o período de educação obrigatório dos 4 aos 17 anos, é uma etapa fundamental para a formação dos cidadãos como seres críticos e autônomos. Ao longo dos anos que envolvem o ato educativo na escola, crianças e adolescentes estão em constante contato com profissionais, como orientadores e gestores, que buscam mediar o compartilhamento de conhecimentos entre professores, estudantes e demais colaboradores da comunidade escolar, visando o desenvolvimento de habilidades e competências para a prática social. É nesse espaço-tempo, ainda, que os docentes devem ter consciência das diferentes realidades que cada criança se encontra, sendo necessário estabelecer objetivos e metodologias alternativas que vão de encontro com suas individualidades, com o intuito de incluí-las em um processo de ensino-aprendizagem de qualidade. Durante esse período escolar, por exemplo, devido aos diferentes contextos em que as crianças se encontram, podem ocorrer diversos acontecimentos que as impedem de continuar indo à escola por um curto ou por um longo período. Consequentemente, elas deixam de se desenvolver a partir das experiências/vivências oportunizadas no espaço da escola, junto com professores e colegas. Um desses casos é a hospitalização.

Quando a criança apresenta uma enfermidade que exige internação, ela é impedida de frequentar o ambiente escolar, interrompendo seu processo de ensino-aprendizagem. A Pedagogia Hospitalar é uma alternativa para que a educação da criança hospitalizada não pare, ou seja, para que ela continue acompanhando o currículo, visando seu retorno à instituição de ensino. Contudo, como essa área de atuação do/a pedagogo/a ainda é pouco conhecida, há uma dificuldade para que o/a profissional possa estabelecer um vínculo entre escola, hospital e família, os envolvidos no processo de continuação dos estudos, e retorno da criança ao espaço escolar após sua recuperação.

Na universidade, há disciplinas que apresentam as áreas de atuação do/a pedagogo/a, assim como as que envolvem a educação inclusiva. Contudo, como essas matérias tratam de campos abrangentes, dificilmente consegue-se estudar a fundo todos eles. A Pedagogia Hospitalar, por ser uma área de difícil acesso a visitas técnicas, acaba por ser

mencionada, mas não é um dos focos de aprofundamento de estudos. Isso leva ao questionamento de como o/a pedagogo/a pode atuar, com a criança, nas áreas que tenham relação direta ou indireta com o ambiente escolar, que não possuem alternativas de continuidade do processo de ensino-aprendizagem em instituições formais de ensino, além de possivelmente lidarem com obstáculos ligados ao desenvolvimento, correndo o risco de defasagem, repetência e/ou possível desistência escolar.

Além disso, com o pouco conhecimento e estudos sobre a Pedagogia Hospitalar, há uma carência de materiais, incluindo artigos, recursos pedagógicos e outros, que expressem a importância da área, a fim de que mais profissionais possam se especializar sobre o assunto. Da mesma forma, além dos funcionários, são poucos os cidadãos que sabem se as instituições de saúde possuem estruturas e/ou pedagogos/as disponíveis para que sejam proporcionadas atividades para a continuidade da aprendizagem escolar das crianças no período em que estiverem hospitalizadas.

Portanto, conhecer as contribuições do/a pedagogo/a nessa área tão significativa da Pedagogia torna-se importante para que se compreenda melhor os processos de inclusão além da sala de aula, tornando-os realidade e permitindo, também, mais reconhecimento e valorização para a profissão.

No presente trabalho, a partir do questionamento de como o/a pedagogo/a pode contribuir para a continuação do processo de ensino-aprendizagem da criança hospitalizada, o objetivo geral visa compreender teoricamente o papel do/a pedagogo/a na garantia dos direitos à educação escolar da criança no interior de instituições hospitalares. Deste modo, os objetivos específicos abrangem definir teoricamente a Pedagogia como área de conhecimento e as possibilidades de atuação do/a pedagogo/a em âmbito não-escolar; analisar a história da Pedagogia Hospitalar, envolvendo as conquistas legais da área; distinguir as modalidades em que o/a pedagogo/a pode atuar no ambiente hospitalar. Para isso, a metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa-exploratória de natureza básica. Por se tratar de um trabalho de caráter bibliográfico, o procedimento empregado para chegar aos resultados desejados foi a análise de livros e textos estudados previamente e durante a escrita do texto, assim como artigos sobre a

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

Pedagogia Hospitalar, com as respectivas palavras contidas no título, publicados entre janeiro de 2024 e maio de 2025, selecionados em busca na plataforma Google Acadêmico.

Durante a pesquisa, antes de aprofundar o estudo sobre os referenciais teóricos utilizados posteriormente neste artigo, houve o interesse em explorar a quantidade de trabalhos que realizaram análises práticas que confirmavam a presença, ou não, do/a pedagogo/a em alguma instituição hospitalar, assim como a forma que se dava o atendimento por esse/a profissional com a criança em período de internação. De 25 publicações localizadas por meio da busca, dez realizaram pesquisas de campo, mas dois constataram que, nas respectivas cidades, não havia a presença do/a profissional da Pedagogia no período do estudo. Nesses casos, o atendimento às crianças hospitalizadas era realizado por enfermeiras ou outros profissionais.

A figura 1 indica os municípios onde as pesquisas foram realizadas. Em vermelho, estão indicadas as cidades em que não foram identificadas a atuação de pedagogo/a hospitalar e, em azul, as cidades em que se verificou a presença do/a profissional em alguma instituição hospitalar.

Figura 1 - Impressões sobre a presença do/a pedagogo/a em instituições hospitalares



Fonte: Elaborada pela autora com base em pesquisas de antecedentes (2025)

Nas pesquisas que apontaram a presença de pedagogos/as em algum hospital, a atuação desses profissionais se deu, inicialmente, com a busca de conhecer a criança, suas necessidades e condições clínicas. O objetivo era promover intervenções adaptadas, como brincadeiras, jogos, atividades e dinâmicas culturais e educacionais, que pudessem auxiliar tanto na recuperação do quadro de saúde quanto na continuidade do processo de ensino-aprendizagem escolar dos sujeitos. Alguns desses estudos apresentaram a ação de equipes multi/interdisciplinares, juntamente aos pedagogos/as, como forma de proporcionar um ambiente acolhedor para as crianças hospitalizadas, enquanto outros apontaram a presença do/a profissional da Pedagogia por meio de Projetos de Extensão e Projetos de Intervenção junto a acadêmicos de cursos de Pedagogia. Sendo assim, as pesquisas apresentaram a importância do convênio entre universidade e hospital para que essa área da Pedagogia se torne uma realidade cada vez mais presente nas instituições de saúde.

Entre as pesquisas que apontaram a ausência do/a pedagogo/a em espaço hospitalar, na realizada no município de Tomé-Açu, Silva (2024) revelou que houve a tentativa de criar um movimento, iniciado por uma enfermeira no referido hospital, para a criação de uma brinquedoteca por meio da arrecadação de brinquedos. Entretanto, como o movimento não foi efetivado, a criação desse espaço não progrediu. Apesar disso, observa-se que, mesmo não sendo pedagoga, uma funcionária do local, no caso a enfermeira, percebeu a necessidade da criação de um ambiente, garantido pela Lei nº 11.104, de 21 de março de 2005, para que as crianças hospitalizadas pudessem ter o seu direito à brincadeira e desenvolvimento garantido. Em relação à investigação na microrregião do Alto Solimões, Coelho (2024) apontou que tanto a educação quanto a saúde enfrentam desafios, o que pode justificar a ausência do/a profissional no espaço, mas que uma possível parceria entre as prefeituras dos municípios localizadas na região e as secretarias de educação e saúde podem abrir possibilidades para a atuação do/a pedagogo/a nos hospitais.

2 A PEDAGOGIA COMO ÁREA DO CONHECIMENTO E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO/A PEDAGOGO/A

Ao longo de sua história, a Pedagogia, enquanto área de conhecimento e de atuação, se constitui por diferentes abordagens, como a tradicional, caracterizada pelo professor como detentor do conhecimento e na memorização dos conteúdos, ou seja, uma educação passiva, ou mesmo a abordagem histórico-crítica, que valoriza o diálogo entre estudante e educador, priorizando a interação e a experiência para o desenvolvimento do pensamento crítico e formação da identidade. Consequentemente, a formação do/a pedagogo/a também sofreu alterações a partir da produção de conhecimentos nessa área e das contribuições das diferentes abordagens educacionais. Visto isso, Matos e Mugiatti (2009) afirmam que a formação inicial do/a pedagogo/a exige que as grades curriculares dos cursos de Pedagogia estejam alinhadas às constantes transformações sociais, vista a necessidade da articulação entre a teoria e a prática para a atuação do/a profissional nas diferentes situações que surgem no processo ensino-aprendizagem.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

Percebe-se com a trajetória percorrida pela Pedagogia que a educação se transforma, ou seja, não permanece a mesma devido às exigências que surgem nas situações vivenciadas pela sociedade, havendo, então, a constante necessidade em adaptar as práticas pedagógicas de acordo com as demandas exigidas em cada contexto. Nessas condições, Freire (2007, p. 25) discute que

Os conteúdos, os objetivos, os métodos, os processos, os instrumentos tecnológicos a serviço da educação permanente, estes sim, não apenas podem mas devem variar de espaço tempo a espaço tempo. A ontológica necessidade da educação, da formação a que a Cidade, que se torna educativa em função desta mesma necessidade, se obriga a responder, esta é universal. A forma como esta necessidade de saber, de aprender, de ensinar é atendida é que não é universal.

Nesse sentido, o autor expressa que, na educação, quando se trata dos aspectos teóricos e práticos quanto à seleção e aplicação de conteúdos e metodologias, é necessário que haja uma adaptação conforme o contexto e realidade a quem os elementos serão destinados, ou seja, pelas diferenças culturais, históricas e/ou sociais de cada comunidade, não é possível que sejam adotados os mesmos procedimentos. Eles não são universais. Universal seria, de acordo com Freire (2007), a constante busca pelo conhecimento, pela formação, pela educação, própria do ser humano. Portanto, é necessário o constante estudo, visando a compreensão dessas necessidades de acordo com o espaço, tempo e comunidade em que o/a pedagogo/a atuará.

Quando mencionada a Pedagogia, no âmbito do senso comum, é geralmente reduzida somente ao cuidar e dar aula para crianças, em uma visão simplista, como algo que qualquer um pudesse realizar. Em parte, essas funções fazem parte do exercício do/a pedagogo/a dependendo do seu campo de atuação. Contudo, não se deve ignorar a complexidade do conhecimento e do trabalho pedagógico. Visto que cada sujeito e situação têm suas especificidades, é necessário compreender a Pedagogia em seus múltiplos aspectos.

De acordo com Libâneo (2004, p. 30), a “Pedagogia é [...] o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

atividade humana”. A educação, então, objeto de estudo da Pedagogia, faz parte e é uma necessidade da vida social, da existência humana (Freire, 2007). Ainda conforme Libâneo (2001), por tratar das práticas educativas socialmente inseridas na vida das pessoas, a Pedagogia não pode ser simplesmente reduzida à prática escolar ou à docência, visto que a educação pode se dar em outros meios e ambientes como na família, espaços de lazer, com os amigos e diversos outros espaços, o que, consequentemente, evidencia as diversas Pedagogias. Percebe-se, aqui, que a Pedagogia tem papel fundamental no desenvolvimento do ser humano, por meio da prática social, da interação e do diálogo. Além disso, como esse processo educativo não ocorre igualmente em todos os lugares, uma vez que as experiências, culturas e saberes diferem-se em cada espaço, a Pedagogia tem como objetivo estudar e analisar a sistematização desse processo, tratando dos desafios relacionados à educação, entre eles o cuidar, ensinar, buscar e traçar propósitos e intervenções metodológicas (Libâneo, 2004).

Visando a organização do processo educativo, Libâneo, em sua obra “Pedagogia e pedagogos: para quê?” (2004), aborda três modalidades da educação: formal, não-formal e informal, onde o trabalho pedagógico acontece, podendo ele ser intencional ou não.

Para o referido autor, a educação informal se refere àquela em que a educação ocorre no meio social de forma que, de acordo com os elementos socioculturais e políticos, os sujeitos tendem a adquirir sua educação individual e coletiva de forma não intencional, isto é, uma prática de troca de experiências que influenciam o ser.

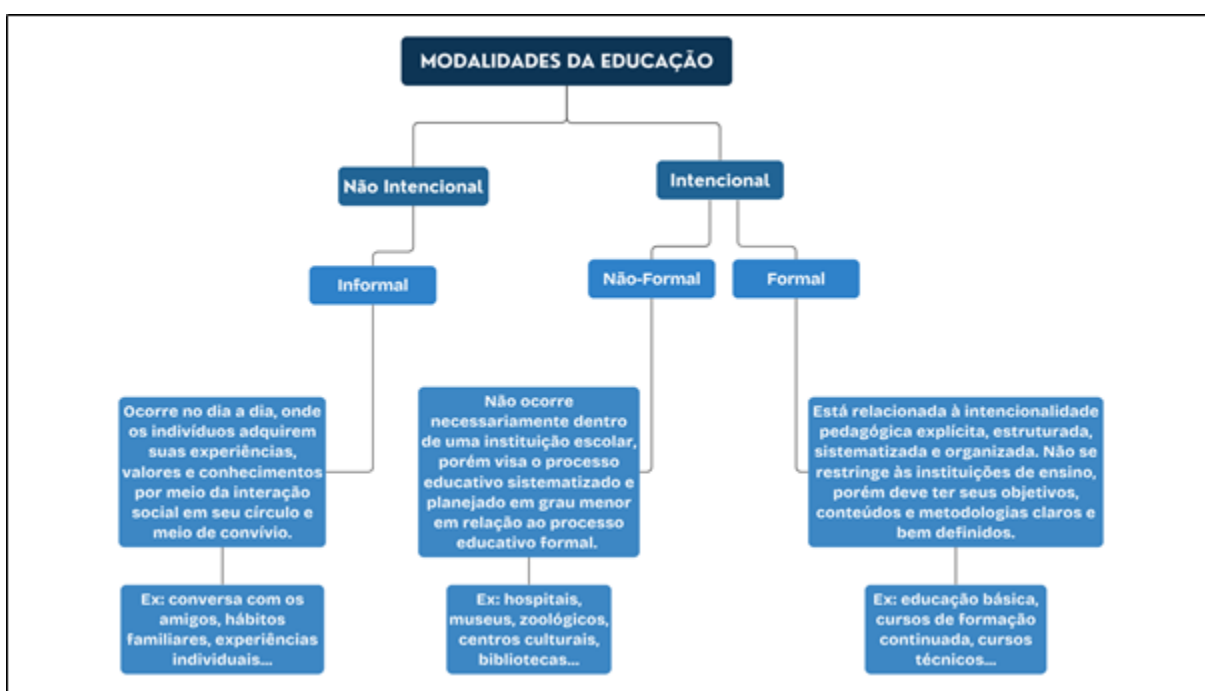
Na educação não-formal, há

[...] atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas. Tal é o caso dos [...] trabalhos comunitários, atividades de animação cultural [...] os equipamentos urbanos culturais e de lazer (museus, cinemas, praças, áreas de recreação) etc (Libâneo, 2004, p. 89).

Por fim, ainda segundo o Libâneo (2004, p. 89), a educação formal é “[...] aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática [...] atributos que caracterizam um trabalho pedagógico-didático, ainda que realizadas fora do marco escolar propriamente dito”, ou seja, tem relação com a prática pedagógica explícita, em que, apesar de flexível, sua sistematização deve ser bem definida.

A figura 2 apresenta uma síntese das modalidades da educação com base em Libâneo (2004), exemplificando os ambientes onde as respectivas ações educativas podem ocorrer.

Figura 2 - Diagrama: Modalidades da Educação



Fonte: Elaborada pela autora (2025) com base em Libâneo (2004)

Percebe-se que a educação não é uma exclusividade do espaço escolar, visto que as atuais e frequentes novas demandas da sociedade exigem que ela seja flexível e possa se dar em outros ambientes, desde que atendendo às necessidades do sujeito a que lhe é destinada.

Como o ato educativo pode acontecer tanto no espaço formal, como no não-formal e informal, então, é essencial levar em consideração que, para que ele ocorra de maneira correta, haja uma definição dos elementos que devem estar envolvidos nesse sistema. Segundo Freire (2007, p. 70-71), o processo educativo inclui

a) Presença de sujeitos. O sujeito que, ensinando, aprende e o sujeito que, aprendendo ensina.

Educador e educando.

b) Objetos de conhecimento a ser ensinados pelo professor (educador) e a ser apreendidos pelos alunos (educandos) para que possam aprendê-los.

Conteúdos.

c) Objetivos mediatos e imediatos a que se destina ou se orienta a prática educativa.

d) Métodos, processos, técnicas de ensino, materiais didáticos, que devem estar em coerência com os objetivos, com a opção política, com a utopia, com o sonho de que o projeto pedagógico está impregnado.

Com as várias modalidades envolvendo a educação, torna-se, ainda, fundamental analisar como se pode dar a atuação do/a profissional da Pedagogia. Em contrapartida a redução frequentemente feita do trabalho do/a pedagogo/a à docência, Libâneo (2004, p. 39), não desvalorizando a área, argumenta que “[...] todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é docente”, isso porque, como visto anteriormente, o âmbito educacional e pedagógico é vasto, não se limitando somente ao ambiente escolar. Assim, o/a pedagogo/a pode atuar nas instituições escolares como gestor/a, mas pode, igualmente, exercer seu papel nos espaços não-formais de aprendizagem, também denominados espaços não-escolares. Nesses locais, ele/a pode ter essa mesma função de gestor/a, a de ser professor/a e/ou elaborar projetos de intervenção pedagógica de acordo com a necessidade dos indivíduos, contribuindo de inúmeras formas para o processo de desenvolvimento e ensino-aprendizagem desses sujeitos. É aqui, então, que a Pedagogia Hospitalar entra como uma área de atuação do pedagogo/a em espaço não-escolar para contribuir com a continuidade do processo de ensino, aprendizagem e progresso das crianças.

3 A ATUAÇÃO DO/A PEDAGOGO/A EM AMBIENTE HOSPITALAR

Apesar de os primeiros registros de uma classe hospitalar datarem 1929 na França, foi somente em 1935, quando Henri Sellier fundou a primeira escola destinada ao atendimento de crianças com tuberculose, que passou-se a realmente pensar no acompanhamento pedagógico de crianças hospitalizadas (Esteves, 2008 *apud* Souza, 2017). Além disso, conforme a autora citada, como consequência da Segunda Guerra Mundial, houve uma elevada quantidade de crianças e jovens feridos, impossibilitando sua presença nas escolas, notando-se a necessidade de expandir o número de atendimentos pedagógicos nos hospitais.

No Brasil, o primeiro local destinado à assistência pedagógica a crianças hospitalizadas foi o Pavilhão Escola Bourneville, no século XX, anexo ao Hospício Nacional de Alienados (Hospício Pedro II) no Rio de Janeiro, onde crianças com deficiências e/ou transtornos, ou seja, as consideradas “anormais”, eram internadas (Giacomelli; Camargo, 2023). De acordo com Silva (2009, p. 203),

[...] o método de Bourneville tinha como objetivos ajustar a criança anormal às normas sociais, à aprendizagem de hábitos, da leitura, da escrita e de uma profissionalização. Através das atividades que empregou, podemos perceber qual a concepção que tinha sobre a criança: um ser sensível às influências externas e que, por isso, suas condutas poderiam ser modificadas através de atividades ocupacionais.

Entretanto, para autores como Araújo e Rodrigues (2020), devido ao contexto em que se encontrava, é difícil considerar o Pavilhão como pioneiro da educação hospitalar em território brasileiro, visto que a real situação de internação dos jovens que ali se encontravam, em um contexto manicomial, constituía-se de condições precárias e invalidava a concepção de cidadania. Observa-se que se tratava de uma época em que ainda não havia conhecimentos como hoje das deficiências e transtornos. O objetivo maior, e implícito, era isolar as crianças e

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

adolescentes da sociedade, visto que não se adequavam às normas sociais. Buscava-se, então, moldá-los ao que a sociedade determinava como correto. Por isso, as autoras mencionadas consideram que a Pedagogia Hospitalar no Brasil se iniciou no Hospital Municipal Jesus, no Rio de Janeiro, mais tardiamente em 1950.

3.1 Um breve estudo da legislação interdisciplinar: perspectivas para a Pedagogia Hospitalar e para a efetivação do direito das crianças internadas à educação escolar

Apresentamos uma breve exposição sobre as várias leis nacionais que discorrem sobre a educação em ambiente hospitalar. A Constituição Federal (Brasil, 1988) cita em seu Art. 205 que a educação é um “[...] direito de todos e dever do Estado e da família [...]”. Foi a partir de sua promulgação que outros documentos vieram em seguida para estabelecer normas, diretrizes e orientações objetivando proporcionar o desenvolvimento e serviço educacional nos diversos espaços escolares, não-escolares, de saúde e outros.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) apontam sobre a continuidade da escolarização em espaço hospitalar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) assegura em seu Art. 4º-A a educação em ambiente domiciliar ou hospitalar aos estudantes da educação básica impedidos de ir à escola durante a internação. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), apesar de não fazer menção à Educação Infantil nesse contexto, em seu Art. 57 diz que é dever do poder público estimular “[...] novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório”. Em seu Art. 71 exprime que “A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer [...] e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. Por fim, em seu Art. 88 inciso II, traz sobre a “criação de conselhos [...] dos direitos da criança e do adolescente, [...] assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais”, onde, a partir disso, foi criado, em 1991, o Conselho Nacional dos

Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Esse conselho, por meio da Resolução Nº 41, de 13 de outubro de 1995, decretou um total de 20 direitos aos sujeitos hospitalizados, dentre eles o de “[...] desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar [...]” e o de “[...] receber todos os recursos terapêuticos disponíveis para a sua cura, reabilitação e ou prevenção secundária e terciária”.

Quando analisadas as principais leis da saúde no Brasil, de acordo com a Lei nº 10.424, de 15 de abril de 2002, Capítulo VI Art. 19-I §1º, acrescentado à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências” (Brasil, 1990), para o atendimento àqueles em internação domiciliar, além dos profissionais da saúde, também é referido a assistência social e outros para o cuidado do enfermo (Brasil, 2002). Apesar de não fazer menção direta ao pedagogo/a, sabe-se que uma de suas áreas de atuação é a Pedagogia Social, deixando, então, sua participação implícita. Quanto à Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que estabelece as normas do Sistema Único de Saúde, não há citação ao acompanhamento pedagógico de crianças e/ou adolescentes em suas instalações.

Para a formação universitária, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (Brasil, 2006) apontam a preparação dos acadêmicos para atuação em ambientes não-escolares por meio da pesquisa para que alcancem a autonomia de planejar, avaliar, aplicar e implementar práticas educativas nesses espaços, sempre seguindo a ética profissional de acordo com a realidade do local a ser trabalhado. De acordo com o documento, uma das principais atividades da atuação docente é “[...] trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo” (Brasil, 2006, p. 2).

3.2 Os modelos de atendimento

Para que seja possível entender o papel do/a pedagogo/a no ambiente hospitalar, é essencial que se conheça quais os modelos de atendimento possíveis existentes na instituição. Oliveira, Silva e Fantacini (2016), dividem esses acompanhamentos onde o/a pedagogo/a pode trabalhar em quatro, sendo eles: classes hospitalares, leito, brinquedoteca e atendimento domiciliar.

A classe hospitalar, conforme o próprio nome indica, é como uma classe escolar, mas no hospital, ou seja, visa proporcionar e garantir a continuação do ensino escolar àqueles impossibilitados de frequentar a escola (Oliveira; Silva; Fantacini, 2016). Em complemento a essa definição, Matos e Mugiatti (2009, p. 37-38), definem que este tipo de serviço

[...] oferece atendimento conjunto de forma heterogênea, isto é, [...] atende a diversos escolares em uma classe ou sala de aula no hospital, de forma integrada, não atendendo cada escolar especificamente. Na hospitalização escolarizada acontecem momentos integrados entre os escolares, mas de forma lúdica e recreativa, como também nisto insere-se sempre o processo pedagógico.

O atendimento ao leito se assemelha à classe hospitalar, contudo, como a criança está impedida de sair do quarto devido à sua enfermidade, recebe o/a profissional e é atendida “[...] do mesmo jeito [...] aos que vão no ambiente próprio dentro do hospital que é a classe hospitalar” (Oliveira; Silva; Fantacini, 2016, p. 94).

Para o atendimento domiciliar,

[...] a criança é matriculada regularmente em uma escola [...] e por algum motivo de doença não pode ir à escola todos os dias ou está afastada ela recebe a educação dentro de casa e o pedagogo responsável ou que trabalha com a pedagogia hospitalar vai até a residência dessa criança para que ela tenha acesso à educação e tenha continuidade em seus estudos em casa [...] (Oliveira; Silva; Fantacini, 2016, p. 95).

A brinquedoteca, por fim, considerada a mais comum, para Oliveira, Silva e Fantacini (2016), trata-se do ambiente repleto de recursos lúdicos, onde a criança tem a possibilidade de continuar com seu processo de desenvolvimento por meio da brincadeira, ao mesmo tempo em que seu processo de recuperação se torna menos massivo. Vale salientar que, em 21 de março de 2005, foi promulgada a Lei nº 11.104, que torna obrigatória a “[...] instalação de brinquedotecas nas unidades que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação”, com o intuito de promover o desenvolvimento das crianças em período de internação por meio do lúdico junto a seus acompanhantes (Brasil, 2005).

3.4 A contribuição do/a pedagogo/a com a criança hospitalizada

O hospital, quando analisados os setores e funções presentes nele, é um ambiente que conta com profissionais de outros ramos, não somente médicos e enfermeiros, que buscam organizar e resolver as diversas demandas, seja lidar com os orçamentos, gestão de recursos humanos e/ou metas a serem alcançadas. Em outras palavras, é uma instituição complexa onde não só especialistas na área da saúde atuam para que sua gestão e funcionamento aconteçam de forma eficaz.

Como visto anteriormente, a Pedagogia tem papel fundamental no desenvolvimento do ser humano, com o/a pedagogo/a assumindo a função de mediar, em algumas modalidades, o processo de desenvolvimento e ensino-aprendizagem dos sujeitos, principalmente de crianças. A partir, então, da concepção do hospital como espaço educativo e da Pedagogia como uma área do conhecimento que se estende a diversos ambientes além do espaço formal de educação, é que se começa a compreender melhor a real possibilidade de atuação do/a pedagogo/a no ambiente hospitalar.

Apesar de não haver um conceito fixo e universal para a Pedagogia Hospitalar, defende-se neste trabalho que, atualmente, essa é uma área da educação que visa proporcionar o direito ao processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento às crianças e adolescentes que se encontram afastados de ambientes formais e alguns ambientes não-formais de ensino

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

devido a questões de saúde, seja por um curto ou longo período. Nesse caso, como os profissionais da Pedagogia devem proporcionar atividades ligadas à educação e desenvolvimento da criança, essas “[...] não podem ser confundidas com o atendimento à sua enfermidade” (Wolf, 2007, p. 48), mesmo que levadas em consideração para a elaboração das propostas de intervenção.

Nas classes hospitalares e atendimento domiciliar, por exemplo, como o propósito principal é contribuir para que a criança continue seu processo de estudos que acontece no ambiente formal de ensino, nesse caso a escola, para que quando retorne consiga acompanhar o processo juntamente aos colegas, o documento “Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações” (Brasil, 2002, p. 13), desenvolvido pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial, define como seu objetivo que

Cumpra às classes hospitalares e ao atendimento pedagógico domiciliar elaborar estratégias e orientações para possibilitar o acompanhamento pedagógico-educacional do processo de desenvolvimento e construção do conhecimento de crianças, jovens e adultos matriculados ou não nos sistemas de ensino regular, no âmbito da educação básica e que encontram-se impossibilitados de frequentar escola, temporária ou permanentemente e, garantir a manutenção do vínculo com as escolas por meio de um currículo flexibilizado e/ou adaptado, favorecendo seu ingresso, retorno ou adequada integração ao seu grupo escolar correspondente, como parte do direito de atenção integral.

Entende-se que, aqui, o/a pedagogo/a deve auxiliar a criança no processo de ensino-aprendizagem, por meio da realização das atividades e dinâmicas que seriam realizadas na escola, mesmo que sem um vínculo com a instituição.

Contudo, independentemente da modalidade de atendimento que a criança é atendida, ao ser hospitalizada, ela é inserida em um espaço com rotinas hospitalares, distintas das que costumava ter anteriormente, o que pode ocasionar mudanças em suas condições emocional, física e cognitiva (Lopes; Garcia, 2024). Com isso, por o/a pedagogo/a trabalhar com as dimensões da formação humana, além de contribuir para que as crianças possam continuar

com seu processo de escolaridade visando sua volta à escola após receber alta, o/a profissional deve oportunizar ao paciente propostas de intervenção que contribuam para a valorização e promoção da criatividade, autonomia, autoestima, criticidade e outros (Silva *et al.*, 2024). Para Silva e Oliveira (2024), esse processo se torna ainda mais importante visto que, ao ser hospitalizada, a criança se encontra em um momento de fragilidade e a atuação do/a pedagogo/a nesse espaço contribui igualmente para que haja um desvio no pensamento da criança sobre sua enfermidade. Logo, dentre as atividades que o/a pedagogo/a pode desenvolver com a criança durante o período de hospitalização estão “[...] a arte de contar histórias, brincadeiras, jogos, dramatização, desenhos e pinturas, a continuação dos estudos no hospital” (Wolf, 2007, p. 48).

Para que esse processo de intervenção ocorra de maneira adequada, entretanto, é fundamental que o/a pedagogo/a responsável pela elaboração das atividades destinadas às crianças esteja sempre em busca de formações continuadas. Esse investimento em formação contribui para que o trabalho ocorra de maneira humanizada, levando em consideração a especificidade de cada criança e o conhecimento sobre o desenvolvimento integral, respeitando a individualidade de cada sujeito, o motivo da internação e sua atual condição de saúde (Silva; Oliveira, 2024). Em concordância com as autoras, Matos e Mugiatti (2009, p. 82-83) apontam que

A responsabilidade assumida pelo pedagogo, nas suas relações com as crianças/adolescentes enfermos ou hospitalizados, exige, também, experiência no plano da psicologia do desenvolvimento e da educação. No quadro de suas atividades, as crianças e adolescentes hospitalizados têm, assim, ocasião de exteriorizar situações conflituosas por meio de múltiplas atividades pedagógicas. Atividades estas representadas de maneira lúdica, recreativa, como o envolvimento em atividades com música e canções, dramatizações, desenhos e outras tantas possibilidades expressivas e evidenciadas em sua ação no momento em que se encontra e com um planejamento articulado e flexível, para que possa atender estes aspectos tão necessários no cotidiano da escolarização para crianças/adolescentes em contexto hospitalar.

A fim de que o/a pedagogo/a possa, então, conhecer melhor o sujeito a quem será destinado o atendimento e adaptar as atividades de acordo com seu quadro clínico, é essencial que haja a observação e o diálogo com todos os envolvidos no seu processo de internação, como família, escola, profissionais da saúde e a própria criança, uma vez que as ações são destinadas a ela (Silva *et al.*, 2024). Como o objetivo é oferecer suporte para que a criança possa desfrutar de formas de lazer e ensino-aprendizagem, além de ter uma recuperação mais tranquila, sempre seguindo suas necessidades de acordo com a faixa etária, características pessoais e as rotinas institucionais; nota-se que é necessária a atuação do/a pedagogo/a junto à equipe multi/interdisciplinar. Uma vez que cada setor tem papel importante no processo de adaptação e recuperação do hospitalizado,

A construção do saber implica, necessariamente, na comunicação entre professores e alunos. A exploração, o diagnóstico e o tratamento da criança (ou adolescente) hospitalizada exigem, de forma efetiva, a comunicação entre a equipe de saúde e a criança/adolescente hospitalizados. Ambos os tipos de comunicação não se sobrepõem, pois têm perfis e características muito diferentes de acordo com suas finalidades e funções a que se dirigem, por meio de cada uma das seletivas atividades que se integram em suas respectivas profissões (Matos; Mugiatti, 2009, p. 85).

Por fim, em concordância com Matos e Mugiatti (2009, p. 92-93), ao defenderem que o dever com o hospitalizado é de todos envolvidos em sua recuperação, como “[...] médico, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos/as e demais profissionais necessários neste contexto [...]”, Goulart, Cunha e Dinardi (2024), afirmam que, para que tanto o processo de recuperação quanto às atividades desenvolvidas com a criança possam funcionar de maneira eficaz, é relevante que todas as partes envolvidas trabalhem em conjunto, mas de acordo com sua área. A partir da busca dos/as profissionais por metodologias que favoreçam o desenvolvimento dos múltiplos aspectos do paciente de forma humanizada, as intervenções destinadas a ele durante a hospitalização evitam a massividade e negatividade da rotina hospitalar.

4 CONCLUSÃO

Com base no estudo realizado, foi possível compreender que, devido às mudanças ocorridas ao longo da história da Pedagogia e da atuação profissional do/a pedagogo/a, que visam acompanhar as exigências e realidades de cada contexto social, cultural e político, foram surgindo diversas modalidades da educação. Essas modalidades não se limitam somente à docência, com a possibilidade de ocorrer em outros ambientes, desde que tenham relação com o ato educativo em seus diversos aspectos. Elas podem, portanto, acontecer em espaços formais, não-formais e/ ou informais.

A Pedagogia Hospitalar, definida como uma modalidade não-formal e não-escolar de ensino, teve seus primeiros registros há quase um século. Entretanto, apesar de o atendimento pedagógico às crianças e adolescentes que se encontram hospitalizados devido a enfermidades ser garantido por lei, são poucas pesquisas que apontam se realmente há a garantia desse direito à educação escolar àqueles impossibilitados de comparecer à uma instituição formal de ensino. Essa carência de possibilidades para a continuação do processo de estudo escolar deixa margem para defasagem, repetência e/ou desistência escolar, podendo acarretar diversos sentimentos naqueles que tiveram que interromper esse processo, além de possíveis obstáculos ligados às etapas do desenvolvimento infantil.

O/a pedagogo/a por dedicar-se a funções que envolvem a formação do ser humano por meio do ato educativo, tem papel fundamental com a criança hospitalizada ao entender que cada uma tem suas próprias necessidades, principalmente em um momento de fragilidade. Consequentemente, o/a profissional da Pedagogia deve estar apto a entender essas individualidades e proporcionar momentos de conhecimento, lazer e cultura, onde a criança, além de continuar com o processo de ensino-aprendizagem, irá desfrutar de atividades que promovam seu bem-estar físico, emocional, social e cognitivo, contribuindo, também, para sua recuperação. Essas atividades, que envolvem a brincadeira, leitura, continuação dos estudos escolares, desenhos e outras, podem ocorrer em modelos distintos de

acompanhamento, como na brinquedoteca, em classe hospitalar, atendimento ao leito ou atendimento domiciliar, desde que as especificidades da criança sejam sempre consideradas no momento de traçar os objetivos e metodologias a serem executadas.

Algumas pesquisas apontam que a presença do/a pedagogo/a em hospitais já é uma realidade. Para que seu papel continue e seja ainda mais exercido nesses locais, assim como outros em que a ação do/a profissional da Pedagogia se faz essencial e pode trazer um diferencial para a resolução de exigências, é necessário, portanto, que se continue evidenciando a importância, teórica e prática, da atuação desse/a profissional de acordo com os múltiplos aspectos e demandas da sociedade, valorizando, assim, sua formação e contribuindo para a formação e desenvolvimento do ser humano.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paola Beatriz Frota; SIEMS, Maria Edith Romano. Revisão Integrativa da produção do conhecimento sobre Pedagogia Hospitalar no estado de Roraima frente ao cenário nacional no período de 2011 a 2020. **Revista Educação Especial**, [S.l], v. 37, n. 1, p. 1-35, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/84405>. Acesso em: 06 abr. 2025.

ARAÚJO, Kathy Souza Xavier de; RODRIGUES, Janine Marta Coelho. Pedagogia hospitalar no Brasil: breve histórico do século XX aos dias atuais. **Políticas Educativas**, [S.l], v. 14, n. 1, p. 140-148, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/109584>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.424, de 15 de abril de 2002**. Acrescenta capítulo e artigo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

recuperação da saúde, a organização e o funcionamento de serviços correspondentes e dá outras providências, regulamentando a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110424.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.104, de 21 de março de 2005**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111104.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 04 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC; SEESP, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 40, de 13 de outubro de 1995**. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/https-wwwgovbr-participamaisbrasil-blob-baixar-7359>. Acesso em: 13 abr. 2024.

COELHO, Daiane de Moraes. **A pedagogia hospitalar e a formação do(a) pedagogo(a): priorização e perspectivas no currículo para a atuação desse profissional em espaço não escolar**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant, 2024. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/7569>. Acesso em: 29 mar. 2025.

FERABOLI, Érica Luiza. **Contribuições da pedagogia hospitalar no desenvolvimento socioemocional de crianças com câncer**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/279587>. Acesso em 06 abr. 2025.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 8 ed. Indaiatuba, São Paulo: Villa das Letras, 2007.

GIACOMELLI, Larissa; CAMARGO, Gislene. Pedagogia hospitalar: as contribuições do pedagogo junto à equipe multidisciplinar no desenvolvimento integral da criança hospitalizada. **Revista Saberes Pedagógicos**, Criciúma, SC, v. 7, n. 2, p. 59-77, out. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/view/8257>. Acesso em: 14 out. 2024.

GOULART, Cibele Messa; CUNHA, Fernando Icaro Jorge; DINARDI, Ailton Jesus. Os desafios do trabalho docente na pedagogia hospitalar: uma leitura sobre as atividades pedagógicas humanizadas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 18, n. 41, p. 743-765, mai./ago. 2024. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/2059>. Acesso em: 05 abr. 2025.

INFOESCOLA. **Mapa do Brasil**. [s.d]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/mapa-do-brasil/>. Acesso em: 7 mai de 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 17, n. 17, p. 153-176, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2074>. Acesso em: 06 abr. 2025.

LOPES, Thais Andrea Carvalho de Figueirêdo; GARCIA, Érica Paloma Araújo. Os desafios da pedagogia hospitalar e a garantia do direito à saúde e à educação da criança hospitalizada. **Revista Pedagogia, Cotidiano, Resignificado**, [s.l.], v. 1, n. 5, p. 22-35, 2024. Disponível em: https://www.rpcr.com.br/index.php/revista_rpcr/article/view/25. Acesso em: 05 abr. 2025.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Éllen Fuga de; SILVA, Verônica Meiri da; FANTACINI; Renata Andrea Fernandes. Pedagogia hospitalar: a brinquedoteca em ambientes hospitalares. **Research, Society and Development**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 88-104, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6>. Acesso em: 13 abr. 2024.

PRADO, Solange Marilene Melchior do. O projeto de intervenção no curso de Pedagogia: uma experiência na pedagogia hospitalar. **Revista Iguazu Science**, v. 2, n. 4, p. 50-54, ago. 2024. Disponível em: <https://iguazu.uniguacu.com.br/index.php/iguazu/article/view/91>. Acesso em: 29 mar. 2025.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho; MOURA, Myrella Gomes de. A pedagogia hospitalar e seu olhar inclusivo. **Lumen et Virtus**, São José dos Pinhais, v. 15, n. 39, p. 2111-2121, 2024.

Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/186>. Acesso em: 05 abr. 2025.

SANTOS, Fernanda de Jesus; CORDEIRO, Maria Tereza Xavier. A docência na pedagogia hospitalar e seus desafios. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 13, n. 49, p. 98-108, 2024. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/3322>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SILVA, Edijane Soares da; OLIVEIRA, Layse Shuellen de Souza Almeida. Aprendizado sem fronteiras: a pedagogia hospitalar como ferramenta de inclusão educacional. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2024, Campina Grande, PB: **Anais Eletrônicos [...]**. Campina Grande, PB: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/110709>. Acesso em: 05 abr. 2025.

SILVA, Maria Lívia Dantas Moreira et al. A Importância da Prática da Pedagogia Hospitalar para a Continuidade do Processo Educacional de Crianças Hospitalizadas. **ID on line Revista de psicologia**, [S.l], v. 18, n. 73, p. 312-336, out. 2024. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/4081>. Acesso em: 05 abr. 2025.

SILVA, Renata Prudencio de. Medicina, educação e psiquiatria para a infância: o Pavilhão-Escola Bourneville no início do século XX. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 195-208, mar. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/rRTgPyRJmjWGHQt5jwQBKFH/?lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2025.

SILVA, Rodrigo Barra da. **O direito à educação na perspectiva da pedagogia hospitalar: a ação do pedagogo na brinquedoteca hospitalar**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Pará, Tomé-Açu, 2024. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/items/5cd44c3b-90dd-4fd7-afa7-cf724dce85c8>. Acesso em: 06 abr. 2025.

SOUZA, Ana Cristina Soares de. **A prática pedagógica no ambiente hospitalar: um estudo de caso no HULW**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2559>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SOUZA, Beatriz Regina Xavier de. **A relação da pedagogia hospitalar e o SUS: a busca por uma trajetória integradora no estado de São Paulo**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/11aa8444-225c-4322-b507-cf640d7edc9d>. Acesso em: 12 abr. 2025.

WOLF, Rosângela Abreu do Prado. Pedagogia Hospitalar: a prática do pedagogo em instituição não-escolar. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, PR, v. 3, n. 1, p. 47-51,



jan./dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3836>.
Acesso em: 13 abr. 2024.